

RADAR

SAÚDE ■ FAVELA



edição 18

Julho 2022

Este especial é uma parceria
Le Monde Diplomatique Brasil
e Radar Saúde Favela – Fiocruz

Imagem: Fábio Araujo
Colagem: Paulo Ribeiro

32 Anos de Luta das Mães de Acari



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

SUMÁRIO

3 APRESENTAÇÃO

4 DEBATES

5 32 Anos: uma homenagem às Mães de Acari
Periferia Brasileira de Letras

11 Mães de Acari: a luta jurídica no âmbito internacional –
Entrevista com Carlos Nicodemos
Fábio Araújo e Fábio Mallart

19 MEMÓRIA

20 “Eu estou há 32 anos esperando uma certidão de óbito...
Eu poderia estar falando aqui com o meu coração
menos aflito” **Entrevista com Aline Leite**

32 Mães de Acari: um legado histórico **Luciene Silva**

37 ENSAIOS

38 Violência de Estado: do meu lugar de escuta e de fala
Deley de Acari

40 O QUE TA PEGANDO

41 Chacinas e criação de movimentos sociais de mães no
RJ **Mariane Martins**

48 EXPEDIENTE

APRESENTAÇÃO

Foto: Fábio Araújo

RADAR SAÚDE FAVELA é o novo informativo produzido no âmbito da Cooperação Social da Fiocruz. Gestado no contexto da pandemia de Covid-19, inicialmente, o projeto foi realizado na esfera da Sala de Situação Covid-19 nas Favelas do Rio de Janeiro, vinculada ao Observatório Covid-19. Estruturado com base no monitoramento ativo de fontes não oficiais – mídias, redes sociais e contato direto com moradores, coletivos, movimentos sociais, instituições e articuladores locais –, o antigo Radar Covid-19 Favela, entre agosto de 2020 e junho de 2022, analisou e disseminou informações sobre a situação de saúde em territórios periféricos, visibilizando iniciativas populares de enfrentamento à pandemia através de suas 17 edições.

Nessa nova fase, sem perder de vista as implicações da Covid-19, as quais ainda se fazem presentes, sobretudo em territórios socioambientalmente vulnerabilizados, o projeto **RADAR SAÚDE FAVELA** almeja produzir e disseminar informações sobre a situação de saúde e da sua determinação social em favelas e periferias de centros urbanos, lançando luz sobre diversas situações de precariedade e desigualdades sociais em saúde, que afetam diferencialmente as populações que habitam tais territórios. O **RADAR SAÚDE FAVELA** também possui o objetivo de apoiar o protagonismo das favelas e periferias e a sua capacidade de produção de conhecimento e formulação de políticas públicas

Não mais centrado apenas no Rio de Janeiro, mas procurando estender as atividades para os quatro cantos do país, os relatos, textos, entrevistas e material audiovisual são produzidos a partir de uma rede de ativistas, movimentos e lideranças sociais atuantes em territórios socioambientalmente vulnerabilizados. Debates, discussões e reuniões de pauta com tais atores sociais também fazem parte das atividades desenvolvidas.

Destaca-se que o material publicado resulta da constituição de uma rede de interlocutores, valorizando a produção compartilhada de conhecimento, o acesso e a participação ativa de moradores de favelas e de seus movimentos sociais. Publicado inicialmente como uma revista digital, o **RADAR SAÚDE FAVELA** assume, a partir de agora, também o formato de uma plataforma digital.



DEBATES



Foto: Fábio Araújo

A seção Debates tem o objetivo de amplificar as vozes e as demandas de movimentos sociais, organizações e lideranças de favelas e periferias e apoiar seus protagonismos na produção de conhecimento, nas reivindicações por direitos e na formulação de políticas públicas.

32 ANOS: UMA HOMENAGEM ÀS MÃES DE ACARI

Radar Saúde Favela



Edméia da Silva Euzébio, uma das mães de Acari que foi assassinada lutando por justiça (Foto: Fábio Araújo)

Em 26 de julho de 1990, há exatos 32 anos, ocorreu a “Chacina de Acari”, quando onze jovens da comunidade de mesmo nome, situada na zona norte do município do Rio de Janeiro, desapareceram em Magé, na Baixada Fluminense, em um sítio pertencente à avó de um dos desaparecidos. Sequestrados por um grupo de extermínio constituído por policiais civis e militares, intitulado Cavalos Corredores, o qual, aliás, também estaria envolvido nas chacinas da Candelária e de Vigário Geral, ocorridas em 1993, os corpos dos jovens jamais foram encontrados. Torturas, pedaços de ossos, escavadeiras, estupros e corpos esquartejados lançados a leões ou jacarés são algumas das imagens de terror que preenchem o espaço da morte relacionado ao caso que, nunca é demais lembrar, ocorreu no contexto da suposta transição democrática brasileira.

O caso Acari e a participação das mães na mobilização e nas lutas que passaram a encampar na busca por informações, esclarecimentos, verdade, justiça e reparação configura-se como o pontapé inicial da experiência política dos movimentos de mães de vítimas da violência de Estado. As dificuldades que as Mães de Acari encontraram para travar as suas lutas não foram poucas, todavia, é dessas mesmas dificuldades, da dor e do luto que essas mulheres retiraram forças para permanecer lutando por justiça e reparação até os últimos dias de suas vidas, vividos sem quaisquer respostas por parte do Estado.

Essa seção especial que passamos a publicar a partir de hoje é, antes de tudo, uma homenagem à memória das Mães de Acari e seus/suas filhos e filhas desaparecidos/as. É também uma pequena peça no tabuleiro político no qual tantos movimentos combatem a violência de Estado, sobretudo policial, que continua a aniquilar, dia após dia, populações negras, pobres e periféricas. Algumas das mães de Acari já não estão mais entre nós. O desaparecimento forçado, as ameaças sofridas ao longo de toda a caminhada de luta, os traumas decorrentes da indiferença e da ineficácia do sistema de justiça e o assassinato de Edméia da Silva Euzébio, uma das líderes do grupo, morta após conversar com um preso que teria lhe dado informações sobre a chacina, são apenas alguns dos fatores que prolongaram a morte de seus entes queridos sobre os seus próprios corpos.

Vera Lúcia Flores, uma das mães de Acari, faleceu em 09 de agosto de 2008 sem qualquer resposta a respeito do paradeiro de sua filha – Cristiane Souza Leite, de 17 anos. Em 14 de novembro de 2006, 16 anos após a chacina, Vera concedeu um depoimento aos estudantes da escola pública Vinícius de Moraes, situada no bairro da Pavuna. Até hoje, 32 anos depois, o caso não foi solucionado. Que suas palavras ressoem novamente!



Vera Lúcia Flores durante manifestação na Candelária, em 2007 (Foto: Fábio Araújo)

“Para quem não me conhece eu sou Vera Lúcia, sou uma das Mães de Acari. Perdi minha filha no dia 26 de julho de 1990, há 16 anos. Ela foi fazer um passeio em Suruí, Magé, e de lá ela foi retirada por seis policiais que queriam joias e dinheiro. Eram onze crianças e os policiais queriam joias e dinheiro. Como o grupo não tinha – eles eram oriundos de uma comunidade carente –, então, eles disseram para a dona do sítio que iriam levá-los à delegacia mais próxima; até hoje esse jovens não apareceram. A justiça diz que não tem corpo, não tem crime. Mas tenho certeza que houve um crime porque falta minha filha em casa e eu a tive, né? Tenho certeza que ela nasceu, ela tem uma certidão de nascimento, mas a justiça diz que não existe isso porque não tem corpo, não tem crime. Há 16 anos que eu estou lutando à procura dessa jovem. (...).

A minha vida foi paralisada, a minha família desestruturada. É muito triste você criar uma criança até os 16 anos e vir um algoz retirá-la. Hoje, sei que a minha filha foi dada para os leões. Eles [os jovens] foram retirados, levados para um sítio de um policial, chamado João Bistene, vulgo Peninha, já falecido. Lá, ele tinha a prática de criar leões e jacarés. A última denúncia que eu recebi foi que ela foi dada para os leões comerem. Colocaram um braço dela na jaula, o leão arrancou o braço e ela desmaiou, jogaram o corpo dela dentro da jaula. A minha filha foi a oitava a ser dada para os leões comerem. Depois da denúncia, nós chegamos no sítio, encontramos os leões, encontramos o jacaré, mas, infelizmente, esse policial já havia sido assassinado (...).

Hoje, fecho os olhos e vejo, faço uma ideia do desespero que a minha filha passou naquele momento (...). Eu já estou há 16 anos fazendo um trabalho de formiguinha, é um trabalho de formiguinha mesmo. São poucas as pessoas que param para nos ouvir. Achem que: ‘essa mulher tá maluca, procurando a filha há dezesseis anos, já morreu, acabou’. Mas não acabou não, nós temos que saber dos nossos direitos. Eles até podiam ter retirado a minha filha para uma averiguação, mas não para matar e nem sumir com os corpos, então, por isso, luto. Fomos muito ameaçadas por policiais que mandavam recadinhas e bilhetes para a

comunidade de Acari, dizendo que nós calássemos porque se nós continuássemos, iríamos morrer como os onze. [Em 15 de janeiro de 1993] a Edméia, uma das mães, moradora da comunidade, foi conceder um depoimento por carta precatória, lá em Magé. Acontece que ela deu o depoimento, e o depoimento ficou por 15 dias na delegacia para que qualquer policial pudesse ler (...). Resultado: dia quinze de janeiro ela foi executada na entrada do metrô da Frei Caneca (...). Maior do que o medo é saber o que aconteceu com a minha família, quero encontrar nem que seja o último ossinho, o ossinho do dedo dela. Eu preciso dar um enterro digno a ela.



Vera em depoimento aos estudantes da escola pública Vinícius de Moraes, Pavuna, RJ, em 2006 (Foto: Fábio Araújo)

As mães estão completamente doentes; não tivemos ajuda de ninguém, ajuda psicológica, não tivemos. (...) tivemos dona Tereza, que é uma mãe que teve gravidez psicológica fora do comum. O médico ficou dizendo que ela estava grávida e ela sentiu o bebê se mexer. Não era nada disso, era uma gravidez psicológica. Ela achava que estava esperando aquele filho que sumiu. Eu e Marilene [outra mãe de Acari] ficamos à frente dessas mães todas, lutando com elas porque elas não podem aparecer. Os mesmos policiais [envolvidos no caso] são os policiais que visitam a comunidade, que vivem lá dentro da comunidade (...). O policial que me

aborda em Copacabana, que dá boa tarde, pede os meus documentos, não é o policial que me aborda em Acari. O policial que me aborda em Acari tem um esparadrapo tapando o nome dele, vai dando “bolacha”, rasgando os documentos. Isso é a prática dentro da minha comunidade e de outras comunidades (...). Tem sido uma luta, uma luta, uma luta grande. E, infelizmente, nesses 16 anos que eu estou lutando, fazendo esse trabalho, todos os dias nós vemos a matança. Todo o dia a polícia mata, em todas as comunidades [no exato momento em que estamos editando o depoimento de Vera Lúcia Flores, em 21 de julho de 2022, uma operação das polícias civil e militar no Complexo do Alemão já deixou quatro mortos, entre eles, uma moradora da comunidade] [1].

(...) eu tô lutando, contem comigo, nós não temos muita coisa a fazer, mas vamos brigar, vamos fazer passeata, vamos fazer caminhada, nós vamos incomodar (...).

[1] Segundo a Defensoria Pública do Rio de Janeiro, [ao menos 20 pessoas foram mortas durante essa nova chacina.](#)

MÃES DE ACARI: A LUTA JURÍDICA NO ÂMBITO INTERNACIONAL

Fábio Araújo é sociólogo e editor do Radar Saúde Favelas – Fiocruz. **Fábio Mallart** é sociólogo e pesquisador de pós-doutorado do Instituto de Medicina Social (IMS/UERJ). É integrante da equipe Radar Saúde Favelas – Fiocruz.



Carlos Nicodemos, do Movimento Nacional de Direitos Humanos (Foto: Diego Francisco/Projeto Legal)

A entrevista que segue foi realizada com Carlos Nicodemos, advogado militante que há anos atua com organizações da sociedade civil, entre elas, o Projeto Legal das Vítimas da Chacina de Acari e o Movimento Nacional de Direitos Humanos. Desde 2006, o advogado acompanha os desdobramentos jurídicos do caso Acari. Ao longo da entrevista, Carlos narra a trajetória jurídica do caso, sobretudo no que tange à tramitação no âmbito internacional, as falhas no inquérito, que foi arquivado, e as distinções entre políticas indenizatórias e políticas reparatorias, demonstrando, entre outras questões, os meandros da batalha jurídica.

Para começar, gostaríamos que você falasse sobre a trajetória jurídica do caso Mães de Acari e como ele foi parar na Comissão Interamericana de Direitos Humanos?

Eu sou um advogado militante há muitos anos e, hoje, advogo para um conjunto de organizações da sociedade civil, entre elas o Projeto Legal e o Movimento Nacional de Direitos Humanos, que estão liderando o caso na questão internacional, com algum rebatimento em nível local. Em 2006, nós apresentamos, através do Projeto Legal, o caso na Comissão Interamericana. Quem acompanha a questão do Sistema Interamericano sabe que há uma crítica em relação à questão da morosidade. Ou seja, da falta de uma devolutiva mais rápida e objetiva por parte do sistema. Resultado: somente agora, 16 anos depois, tivemos, no ano passado, uma posição da Comissão no que diz respeito não só à admissibilidade, mas um relatório de mérito sobre o caso, que aponta um conjunto de medidas, em caráter reparatório, para as famílias.

Faço aqui um parêntese: a gente, hoje, tem um grupo no WhatsApp com todos os familiares, onde reportamos todas as ações que foram feitas e desenvolvidas em torno do caso, que agora conseguiu um impulso, especialmente a partir dessa internacionalização, que, volto a dizer, é de 2006, mas com resultado agora. Houve, então, esse relatório, com um conjunto de medidas, que foram apontadas pela Comissão Interamericana. Entre elas, a questão da indenização individual; a questão de medidas de não-repetição, como políticas públicas e leis; a questão da retratação; a questão dos documentos de óbito; o acompanhamento psicológico e médico para as vítimas etc. Nós fomos para uma rodada internacional com o Estado Brasileiro, depois, duas locais, e a CIDH resolveu judicializar. A gente alimentou a Comissão, dizendo que evoluía pouco e evoluía mesmo. Por quais motivos? Imaginamos que seja em razão da própria falta de compromisso do Estado em relação a temas como esse. E foi aí que a CIDH resolveu judicializar. Salvo engano, no dia 19/02/2022, foi encaminhado para a Corte Interamericana.

O que significa a judicialização na Corte Interamericana?

A Comissão é uma instância anterior à Corte. O Sistema Interamericano de Direitos Humanos é dividido em duas instâncias: uma instância mais administrativa, que é a Comissão; e a Corte. O indivíduo, a pessoa, não pode mitigar a Corte, a gente não pode. Somente a Comissão e os Estados podem apresentar casos na Corte. Quando a Comissão encaminha para a Corte é porque ela esgotou as vias dela, em termos administrativos, para poder o Estado honrar com aquilo que é responsabilidade dele. Então, ela judicializa, ela manda para a Corte, uma instância acima, e a Corte opera um processo que daí vira uma sentença. E essa sentença tem vinculação, ela tem obrigação de cumprimento, porque o Brasil reconhece a Corte Interamericana. Nós tentamos solução amistosa com o Estado no âmbito da Comissão. Como falei, foram várias rodadas de reuniões. Portanto, o caso está agora na Corte. A gente apresentou, tem mais ou menos uns 15 dias, os documentos iniciais, as considerações iniciais. Haverá audiência, ratificação, oitiva de testemunhas etc.

Paralelamente a isso, o caso ganha impulsionamento político com duas iniciativas legislativas. Uma no Estado do Rio de Janeiro, que já é lei, virou lei. É uma lei que determina a indenização e o memorial para os familiares. Na semana passada, eu protocolizei na Secretaria de Atenção às Vítimas, aqui do Estado, a lei. Perguntando: e aí, como é que a gente faz? Onde é que a gente comparece pra pegar as indenizações? E estamos esperando uma resposta da Secretaria. É uma Secretaria Especial de Atenção às Vítimas, então, estamos aguardando essa posição. A deputada Talíria Petrone também apresentou um Projeto de Lei e uma resolução. A resolução é para poder dar um nome de um corredor na Câmara de Deputados, de “Mães de Acari”, e também uma indenização nacional, federal. Então, uma estadual e outra federal. São indenizações que obedecem ao mesmo padrão, pagamento de uma pensão mensal no valor de um salário mínimo, com um salário correspondente a cada expectativa de vida. Há essas duas iniciativas legislativas e há um conjunto de inúmeras questões para trabalhar no caso. O caso é de

altíssima complexidade, há um júri aberto em relação ao episódio da Edméia, que ainda não foi julgado e está parado no Supremo Tribunal de Justiça (STJ). A gente tem o processo na íntegra, em que temos que analisar para saber se houve ou não omissão ou conivência por parte de agentes públicos, para poder transformar isso em um outro inquérito. O fato em si não corre risco de prescrição porque como estão desaparecidos, a gente sabe que o crime se prolonga no tempo, então, não há um marco temporal inicial da prescrição. Em relação às reparações, nós temos esses dois projetos de lei e o processo na Corte Interamericana.

Você faz a narração do caso a partir de 2006 na alçada internacional. Mas, do ponto de vista local, como é a trajetória jurídica do caso desde 1990? E quando você fala que o caso não tem prescrição, ele não tem prescrição segundo o Direito Internacional?

Sim, o caso está arquivado. O caso, em si, está arquivado. O caso que está aberto é do homicídio da Edméia, que é um caso correlato. Está para ser marcado um júri. Respondendo a essa pergunta da questão da prescrição, é um caso típico de desaparecimento forçado. Nós [o Brasil] somos inclusive signatários da Convenção em relação ao desaparecimento forçado, mas o Brasil não reconhece o sistema de comunicação do sistema de desaparecimento forçado internacional, o que é grave. Inclusive, numa audiência pública em que nós estivemos, a gente mencionou isso e essa seria uma boa medida a ser trabalhada e perseguida: a questão do Estado brasileiro rever a sua posição e reconhecer o sistema de comunicação internacional. O que acontece? Eu tenho vários casos no Sistema Interamericano, vários casos de inquéritos não investigados. O inquérito, quando arquivado, não há na legislação brasileira um recurso judicial para desarquivá-lo. Então, o que acontece? Quando ele é arquivado, evidencia-se o exaurimento das vias internas, o esgotamento das vias internas, porque eu não tenho como compelir um juiz a desarquivar e deixar desarquivado. Até porque ele é arquivado exatamente em razão da compreensão de que não há mais como investigar, apurar, chegar nos seus autores etc. Se nós entrarmos no inqué-

rito, veremos que existem vários buracos em termos de investigação. E que isso também seria evidência para invocar o artigo 25 da Convenção Interamericana de Direitos Humanos, que diz respeito à chamada proteção judicial. O artigo 25 diz que a todo cidadão americano é dado o direito de ter proteção judicial frente ao Estado. Então, houve esse esgotamento que permitiu, em 2006, apresentar o caso internacionalmente. Paralelo a isso, essa regra que eu estou dizendo, de que não há uma prescrição em curso, é porque os corpos estão desaparecidos, a gente sabe que eles foram a óbito, mas não serão localizados. Enquanto eles não aparecerem, está caracterizado o desaparecimento forçado e o desaparecimento se prolonga no tempo. Ele vai se prolongando no tempo, não há um esgotamento; como todo o caso de desaparecimento forçado, não é possível haver uma demarcação da prescrição. Só poderia se contar a partir do momento em que o corpo aparece e aí você tem um homicídio, começando a contar o prazo prescricional. Tecnicamente é isso.

Você mencionou que houve várias falhas no inquérito. Você poderia nos contar alguns dos principais problemas identificados?

Na verdade, quando eu apresentei a denúncia em 2006, eu já apresentei com ele arquivado. Para mim, o fato principal era o arquivamento dele, o que por si só denotava o esgotamento da via interna e a ausência de uma proteção judicial por parte do Estado. Mas, em várias matérias, fica evidente que houve uma operação para que não se chegasse a uma conclusão. Em razão, inclusive, do envolvimento de determinadas autoridades policiais em relação ao caso. A questão da prova pericial, a questão dos locais apontados como de desova dos corpos, a questão da oitiva de determinadas testemunhas. Então, há um conjunto de questões que estão colocadas no inquérito, que naturalmente apontaram para uma não elucidação. Uma questão que está pendente, agora, é analisar quem ou quais autoridades se omitiram e não cumpriram o dever de ofício na investigação, porque isso pode ser um pedido a ser formulado nessa ação internacional a título de responsabilização dos

seus autores.

O Brasil é signatário da Convenção Interamericana contra o desaparecimento forçado de pessoas, mas, como você diz, ele não reconhece o sistema de comunicação internacional de desaparecimentos forçados. O que isso significa?

Os tratados e as convenções, se eles não tiverem um mecanismo de monitoramento, eles não servem para nada. Então, você pega, por exemplo, a Convenção dos Direitos da Criança. Há um comitê e um sistema de comunicação. O Brasil é signatário do Comitê e ele se submete aos relatórios do Comitê. Assim como o Brasil é signatário da Convenção Interamericana de Direitos Humanos da OEA e ele reconhece a competência da Comissão e da Corte. Ele se submete. No tema do desaparecimento forçado, o Estado brasileiro não reconhece. O decreto legislativo que incorporou a Convenção ao nosso ordenamento não reconheceu o sistema de comunicação, então, se queremos denunciar internacionalmente um desaparecimento forçado, temos que ir para o sistema de comunicação global da ONU. Global! Não específico! Aí, você deixa no meio do caminho toda a identidade política do debate do desaparecimento forçado. Então, como eu disse na audiência pública, essa é uma questão a ser perseguida, especialmente com o tema do desaparecimento forçado. Essa é uma questão importante que deve ser pensada.

A categoria desaparecimento forçado tem toda uma história ligada às ditaduras, ao estado de exceção. Por outro lado, segue sendo uma prática recorrente, sobretudo no contexto de expansão das milícias. Que leitura você faz do uso político dessa categoria atualmente?

Eu acho que há três grandes momentos. Em termos do conceito político internacional, o conceito de desaparecimento forçado ou o debate sobre desaparecimento forçado, esteve e ainda está muito vinculado a uma ideia de um chamado Estado de Exceção, dos chamados Estados Ditatoriais, que dizem respeito a um momento histórico que nós pas-

samos, por exemplo, no Brasil, e que reivindica um debate bem amplo que vai desde a elucidação, mas também da questão da memória com uma alta densidade política e tudo mais. Nós tivemos uma transição e depois o processo de redemocratização do Estado brasileiro, e esse conceito sofreu alguns ajustes, que no meu ponto de vista precisariam ter sido melhor conduzidos. Não é à toa que não reconhecemos o sistema de comunicação da ONU, como também não temos um conceito de criminalização de desaparecimento forçado propriamente dito.

Mas o debate sobre o desaparecimento forçado tem um fundo ideológico, em relação a quem o pratica, como agentes do Estado, que vem da ditadura e ganha um outro contorno na conjuntura atual, dentro dessa transição que ocorreu. Hoje, essa questão é da segurança pública. Porque aquela premissa de que: “não há corpo, não há crime”, ela foi superada tecnicamente, mas, por outro lado, também permite a apropriação pelo chamado crime organizado contemporâneo, de trabalhar esse conceito como uma estratégia inclusive de poder. Então, é bem complicado. Eu tenho uma posição que é em relação à questão da criminalização, que é uma posição cuidadosa. Eu acho que a gente tem que ter um olhar muito focal.

No caso do desaparecimento forçado das Mães de Acari há inúmeras questões e recortes identitários: a questão da violência, a questão de gênero, a questão da criança, a questão da violência na favela, a questão racial, a questão da violência policial, do racismo estrutural. Você tem aí múltiplas dimensões de violências e que você tem que tomar cuidado para não deixar tudo isso emergir em nome de um debate genérico de desaparecimento forçado. Então, não discutimos somente o desaparecimento forçado. Na verdade, ele é um meio de violência perpetrado a partir desse conjunto de identidades, que é o caso, por exemplo, das Mães de Acari. Você não pode deixar isso ser apropriado por essa ideia de desaparecimento forçado e não fazer o debate de fundo com todas essas questões identitárias.

Em outras ocasiões, nós vimos você falar que as políticas indenizatórias são insuficientes. Gostaríamos que você comentasse essa distinção entre indenização e reparação.

Pois é. Esse é um cuidado que temos, não somente em relação a esse caso, mas a tantos outros, porque esse conceito de justiça que se reivindica, ele não pode ser monetizado. Então, a gente redimensiona sempre o conceito que é dado. Ah, o que se reivindica são indenizações? Não são indenizações, são reparações. E aí, temos o conceito de reparação para além da fronteira da indenização. A indenização é apenas um capítulo da reparação. A gente trás como elementos de reparação desde questões de caráter individual até de ordem coletiva, como, por exemplo, o memorial, que é um desafio para os familiares no caso Mães de Acari. Porque já se sugeriu várias coisas, nomes de rua, busto, agora a proposta de nomear uma ala da Câmara de Deputados. A ideia de reparação tem nuances individuais, mas tem também nuances coletivas. O tema da política de reparação foi um tema muito tenso nas mesas de negociação que a gente fez no caso Mães de Acari, porque o Estado brasileiro ofereceu na mediação com um membro da Comissão Interamericana editar leis: “Vamos editar leis para reparar, para não haver repetição”. Eu falei: “Ah, não, leis, não. Políticas! Políticas públicas! Orçamento, políticas públicas, programas identitários. Nós não estamos aqui só pra falar de desaparecimento forçado, mas de múltiplos temas...”. Então, reivindicamos recurso público investido para essas políticas. Esse é o debate. Sempre utilizamos essa expressão e operamos com essa dimensão da reparação. A reparação coletiva, difusa, estrutural, que possa repercutir em termos de políticas públicas, de ações educacionais e que garanta, efetivamente, uma reparação ao caso.

MEMÓRIAS



Foto: Alaor Filho tirada da exposição Mães de Acari 30 anos

Nessa seção, abrimos espaço para conhecer um pouco do passado de favelas e periferias pelo país afora. Por meio de relatos de moradores, da reconstrução de suas histórias orais, bem como de suas trajetórias, contamos a história social e urbana de diferentes localidades.

“EU ESTOU HÁ 32 ANOS ESPERANDO UMA CERTIDÃO DE ÓBITO... EU PODERIA ESTAR FALANDO AQUI COM O MEU CORAÇÃO MENOS AFLITO”

Fábio Araújo é sociólogo e editor do Radar Saúde Favelas – Fiocruz. **Fábio Mallart** é sociólogo e pesquisador de pós-doutorado do Instituto de Medicina Social (IMS/UERJ). É integrante da equipe Radar Saúde Favelas – Fiocruz.

A entrevista abaixo foi realizada com Aline Leite, filha de Vera Lúcia Flores, uma das Mães de Acari, e irmã de Cristiane Leite de Souza, desaparecida desde 26 de julho de 1990. Ao longo de nossa conversa, Aline, que à época da chacina tinha 7 anos de idade, discorre sobre os desdobramentos do caso, a luta das Mães de Acari e os efeitos para a sua geração, que continua a conviver com o desaparecimento de seus entes queridos: eu estou há 32 anos esperando uma certidão de óbito. Entre outras questões, nossa interlocutora – a quem agradecemos por partilhar as suas dores e lutas –, nos mostra como o Estado, em suas múltiplas dimensões, não assassinou apenas a sua irmã, mas também, por meio de todo o sofrimento decorrente da não resolução do caso, a sua própria mãe, estendendo a morte para os familiares dos mortos.

Todavia, se o Estado acredita que a batalha pelo sepultamento desse, e de outros tantos casos, está vencida, Aline é a personificação de que o combate ainda não acabou. Ao citar uma frase de Lygia Fagundes Telles, a nossa interlocutora demonstra que está de pé: não cortaremos os pulsos, ao contrário, costuraremos com linha dupla todas as feridas abertas.

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

CERTIDÃO DE ÓBITO

NOME
ROSANA DE SOUZA SANTOS

MATRÍCULA
088534 01 55 2011 4 00443 057 0114651 56



SEXO COR ESTADO CIVIL E IDADE

NATURALIDADE DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO ELEITOR

FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA

Filha de JOB MANOEL DOS SANTOS e MARILENE LIMA DE SOUZA . Residente na RUA ITAIM, Nº 779, COELHO NETO - Rio de Janeiro - RJ. x-x-x

DATA E HORA DO FALECIMENTO

Vinte e seis de julho de mil novecentos e noventa.

DIA	MES	ANO
26	7	1990

LOCAL DO FALECIMENTO

CHACINA DE ACARI, NESTA CIDADE.

CAUSA DA MORTE

IGNORADO. x-x-x

SEPULTAMENTO/CREMAÇÃO (MUNICÍPIO E CEMITÉRIO)

Sepultamento.

DECLARANTE

Sentença Judicial

NOME E NÚMERO DE DOCUMENTO DO MÉDICO QUE ATESTOU O ÓBITO

OBSERVAÇÕES / AVERBAÇÕES

Registro feito no Livro C-00443, Folha 057, Termo 114651. x-x-x

10ª Circunscrição do Reg. Civil de Pessoas Naturais
Euclides Pereira Cortez
Rio de Janeiro - RJ
Rua Carolina Meier, 31 - Meier
(21) 22812270



Certidão de óbito de Rosana Souza Santos, filha de Marilene, obtida em 2011 (Acervo Rede Contra a Violência)

Em audiência pública realizada recentemente sobre o caso Mães de Acari, você afirmou: “Eu não sei dizer quem sou eu, Aline, sem o caso Acari, não sei distinguir o que seria da minha vida sem o Caso Acari...”. Após 32 anos, o que significa conviver com essa história?

Desde sempre, eu tenho problemas, sou acompanhada por psicólogos. Tudo isso depois do caso Acari, tudo isso depois dos sete anos de idade. Antes disso eu não tinha nenhum problema. Eu chegava a desmaiar, e aí diziam: “é hipoglicemia”; “ela não tomou café”. Tinha sempre alguma coisa porque a gente tinha que colocar alguma desculpa. E aí, fui me entendendo durante todo esse processo, todo esse tempo, que é grande demais, que eu completei agora, dia 3 [de julho], 40 anos. Eu poderia estar falando aqui com o meu coração menos aflito, sabe? Com o meu coração menos aflito porque jamais deixaria de pensar naquela dor que aconteceu há 30 e tantos anos atrás, mas eu não estaria tão indignada, ainda, com o Estado. Então, depois do falecimento da minha mãe, a gente ainda ouvia algumas pessoas na minha família dizendo: “ela faleceu de diabetes, ela faleceu de...”. O Estado não veio com a arma e botou na cabeça dela. Ela não desapareceu como a minha irmã. Mas a minha mãe sofreu! Desde que eu me entendo por gente, eu estou totalmente destruída emocionalmente. Eu não sei realmente distinguir a Aline antes e depois, porque aquela memória que eu tinha antes é muito curta. Depois disso é que a gente vai criando as memórias. E aí a gente vai formando, eu realmente não tenho o que dizer. Eu poderia ter tido mais oportunidades, apesar de ser moradora de favela, negra, se não tivesse acontecido aquela tragédia lá atrás. A gente teve que sair de onde morava, porque eu com 7 anos, 8 anos já era assediada! Assediada! Como se fosse uma mulher... Assediada! Minha outra irmã não estaria hoje vivendo nas drogas, nas ruas...

Eu estou há 32 anos, completos no dia 26 de julho, esperando uma certidão de óbito! De morte presumida. Como que eu vou trazer minha irmã, que está numa situação degradante, de drogas, e vou colocar ela em que casa? Em que lugar? Porque eu não posso deixá-la dentro da

minha casa porque ela vendeu tudo na casa dela, vendeu tudo o que tinha! Não que eu tenha nada para vender aqui, mas toda a minha situação... toda a situação de risco, de violência, de tudo. O Estado faz isso, com que a gente acredite que a minha mãe morreu, sim, de diabetes. Mas e a minha irmã, morreu de quê? A minha irmã Cristiane [desaparecida] morreu de quê? Para os outros adolescentes da mesma chacina, o desaparecimento forçado, na certidão de óbito veio escrito: “Chacina de Acari, Julho/1990”. É exatamente assim que é a certidão de óbito. E por que? Onde estavam os outros? Por que só quatro familiares, quatro jovens, tem essa certidão?

Na época, era aquela história de “não tem corpo, não tem crime”. Só que e agora? O que mudou até agora? O que foi feito? Nada! Eu gostaria de entender o que foi feito pra que a gente pudesse refletir, queria estar assim diante de uma autoridade pra que eu pudesse dizer. Eu quero entender quando vai chegar a certidão de óbito.

Até hoje não houve nenhuma medida reparatória?

Nenhuma! Nenhuma! É exatamente isso, nenhuma medida. Só se cogitou algumas medidas recentes quando o caso começou a tramitar internacionalmente e quando foi obrigado, pelo projeto de lei [que visa à implementação das medidas sugeridas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, CIDH] [1]. Eu lembro que quando a minha mãe e a Marilene foram lá para o exterior, que deu aquele boom, fizeram viagens internacionais, encontraram o presidente da França. E agora, essa movimentação acontecendo em torno do caso. É mais essa esperança, mas a sensação que eu tenho é que a gente ainda vai passar mais algum tempo. Eu não gostaria de estar falando isso, mas eu não vejo que até o final do ano estaremos inaugurando o memorial em Acari. O que eu ia falar também é das medidas de não repetição, sobre o quanto eu acho importante. Porque assim... quantas chacinas aconteceram? Vigário Geral, Candelária, olha o tanto de chacinas que poderiam ter sido evitadas. Porque está acontecendo a todo momento. Desde aquela

época, a gente sabe dos Cavalos Corredores, que nada mais eram do que policiais, ex-policiais, como se fossem os milicianos hoje. E até hoje tem gente que acha que a minha mãe faleceu de diabetes.

O Estado, além de matar, busca controlar discursivamente o significado das mortes, de forma que as pessoas não reconheçam a violência de Estado como violência de Estado. Pois é! E é tão mais louco, porque eles fazem a gente, familiares, pensar assim também. Estou fora dessa caixa, mas talvez eu seja uma das poucas, dessas tantas famílias, nós somos em 10 famílias, tem dois desaparecidos que são da mesma família. Hoje, eu, por exemplo, privaria minha mãe de estar em alguns lugares muito mais pesados. Ela estaria viva ainda! Porque ela faleceu bem nova. Mas, certamente, ela continuaria indo e não seria eu...não teria ninguém pra impedir porque ela era persistente.

Algumas mães já morreram, mas o caso continua “andando” e a geração mais nova vai sendo demandada a se envolver no caso. Como que é isso?

É difícil, sabia? Porque a gente tem que parar com esse negócio de que todo mundo tem que ser militante. Nem todo mundo é militante de ir para a frente do Ministério Público, nem todo mundo é militante igual era a minha mãe. Eu batia palma, eu ia com ela! A gente ia! Minha irmã mais nova também, não sabia nem o que estava fazendo lá, mas ficava segurando os cartazes em frente à Candelária, já com os outros assassinatos, com outras mães. A gente já participava, ajudando, buscando informações daquela chacina. A minha mãe dizia: “agora vai começar, acontece um aqui e agora vai começar um atrás do outro”. E era verdade!

A matança está cada vez mais intensa, uma chacina atrás da outra...

Cada vez mais. Só acontece algo se a gente conseguir com que os moradores investiguem. Que sempre haja um celular para filmar, que sempre se consiga produzir provas porque, senão, não acontece nada e acabou.

A sua mãe e as outras mães investigaram muito por conta própria?

Muito! Tem a história da retroescavadeira...eu tenho que falar pra sempre disso na minha vida. Elas foram para Magé, lá no sítio mesmo. Disseram que havia ossos, possivelmente de pessoas, e pediram que as mães fossem para lá porque aconteceria uma perícia. Chegando lá, tinha uma retroescavadeira, uma dessas de obra, gigante, aquela amarela assim. Minha mãe e a Marilene, tem reportagem delas, com a mão na cabeça. A reportagem...eu me lembro de ver ao vivo isso na televisão. Elas com as mãos na cabeça, no alto desses morros de terra que tiravam, assim, essa terra, elas lá em cima e pedindo que pelo amor de Deus para pararem. É um absurdo, essa era a perícia! Era a perícia que eles iam fazer! Ai depois, eles alegaram que eles não tinham o material necessário.



Por isso estavam usando uma retroescavadeira?

Por isso que eles estavam usando...eles iam achar o quê? Claro, não acharam. Ai, disseram: “ah, eles deram os corpos para os jacarés”. Acabou o assunto.

Eles inventavam histórias para justificar a falta de resultado das investigações?

Exatamente. Ano após ano, assim, eles ficavam fazendo isso. E aí, quando minha mãe começou a trabalhar no Centro Brasileiro de Defesa do Direito da Criança e do Adolescente, ela começou a ajudar outras mães. Porque chegavam muitas mães, como chegam até hoje, mães de vítimas de violência. Não acaba! E quando minha mãe trabalhava no Centro Brasileiro, ligavam para lá, porque sabiam que a minha mãe estava lá e diziam: “olha pela janela, você vai ver sua filha, sua filha vai entrar no Banco Itaú daqui a meia hora”. Minha mãe ia lá e pedia as imagens da câmera, horário tal...olha como mexiam com o psicológico da pessoa. Ela olhava e via o cabelo da minha irmã, o corpo, achava que era ela: “olha ela, é ela mesmo que tá entrando! Pelo amor de Deus, é ela”. Olha o terror psicológico que faziam. E era quem? Era um outro cidadão? Era uma pessoa de trote? Não era!

Quem fazia isso? A Polícia?

Isso! Eles que, na verdade, não eram eles, o Estado, mas eram os criminosos mesmo. A polícia, os Cavalos Corredores.

Quando você diz que: “as pessoas acham que minha mãe morreu de diabetes...”, no limite, você está nos dizendo que o Estado não matou apenas a sua irmã, mas, em certa medida, por tudo o que aconteceu, sem nenhuma solução para o caso, acabou matando a sua mãe.

Sim! E foi matando aos poucos porque minha mãe foi ficando com essa doença. Minha mãe era uma pessoa muito forte, assim, fisicamente, ela era forte. Minha mãe foi perdendo muito peso e, até então, não tinha

essa doença diagnosticada. Ela foi perdendo muito peso porque ela andava o dia todo, ela se alimentava muito mal. Ela estava em busca disso tudo, dessa loucura que foi 1990 na vida delas, na vida de todos nós. A minha mãe foi se debilitando, mas, assim, não foi muito rápido. Em 1993, 1994, 1995 ela não estava ainda desse jeito. Ela foi nessa de perder peso e isso foi antes de diagnosticar a doença, o que só aconteceu nos anos 2000. A minha mãe, psicologicamente foi ficando muito debilitada. O meu pai se ausentou, colocou a culpa na minha mãe. O machismo, né? O meu pai na época culpou a minha mãe por minha irmã ter ido para aquela excursão, em Magé, alegando que ela tinha algum namorado que pudesse estar na vida errada. Que nada! Ele já tinha era outra família! Ele só queria essa oportunidade para sair. Então, olha os maus tratos. A minha mãe foi maltratada o tempo todo. Ela ficou sozinha com os quatro filhos para sustentar, para fazer isso tudo e para ir atrás do quinto, que é a minha irmã que desapareceu. Que foi morta pelo Estado!

Primeiro, o Estado desapareceu com a sua irmã, a Cristiane. A sua mãe, por causa de todo esse sofrimento, também foi morta pelo Estado. Há também a sua irmã, que após o caso está com essa questão relacionada às drogas. E você começou falando dos seus problemas psicológicos. Então, na verdade, são múltiplas vítimas de um mesmo caso.

São várias vítimas! Eu não sei o que o Estado fez, eu sei o que o Estado não fez de lá pra cá. O que eu gostaria que fizesse é outra história. Por isso que quando eu falo lá na audiência pública, eu falo da desresponsabilização do Estado, porque é mais do que responsabilizar. Na verdade, a impunidade faz com que eles só se desresponsabilizem, não têm responsabilidade até hoje. Essa impunidade vivida ao longo dos anos faz com que eles se desresponsabilizem. Eu gostaria dessas medidas de reparação para além do caso, sabe? De coisas simples como essa: que eu não ficasse em ter o que comer.

Na época que ocorreu o caso a sua mãe trabalhava?

Trabalhava. Ela saía, às vezes, de barriga vazia, porque tinha um monte de gente pra alimentar, uma casa cheia. Ela ia para a Cinelândia, e nessa época, 1990 e pouco, o caso estava no auge, acontecendo de tudo e a gente não tinha ajuda do Estado, ajuda de nada. Se a lei funcionasse, a gente gostaria que tivesse realmente uma lei que a gente pudesse abraçar e que o Estado pudesse abraçar esses familiares. Porque as pessoas ficam com o psicológico abalado. Quer dizer, com o psicológico destruído. Abalado estão as pessoas anos depois. Quando ocorre, você fica destruído. A história da militância é essa. A militância vai além disso, sabe? Vai além de você ir para a frente dos lugares, com bandeiras. Claro que a gente pode militar de outras formas, construindo. Eu não pude fazer nada em Acari. Na época, eu tive que sair de lá porque os bandidos estavam em cima de mim. Eu fazia cursos em Acari. Lá onde, hoje, é o Espaço Cultural Mães de Acari era o Centro Cultural Areal Livre e eu fazia cursos lá, mas eu já não podia mais pisar lá. Eles me deixavam fora da favela e eu ia embora para casa. Fui assediada de todas as formas! De todas as formas! Eu era adolescente e eu tinha esse espaço não só para circular, era uma forma de ter oportunidades porque aqui do lado de fora eu não tinha.

A Marilene e a Vera [duas das Mães de Acari] já se conheciam?

Não, elas se conheceram através da luta! Da dor! Eu me lembro que alguém chegou lá em casa com o Jornal O Povo, mostrando, e a Marilene e a minha mãe se encontraram logo naquele dia, um dia depois, acho, já para começar as buscas. Disseram que fulano disse isso, e lá iam elas atrás de informações. E batendo perna dentro da favela para ir atrás daquilo que queriam, que precisavam, que buscavam. Para obter informação, até porque não se dizia nada, se esperassem até hoje, nada teriam. Porque a gente não saberia até hoje. O caso só teve alguma repercussão, só deu esse boom, quando elas foram lá pra fora e a Danielle Mitterrand pediu para que o Brasil tomasse providências. E agora

de novo com o caso tramitando na Corte Interamericana de Direitos Humanos. Até hoje, nos documentos que chegam pra nós, os nomes das pessoas estão errados. Quando chegam as coisas, chegam assim: “Cristiane Souza Leite”. É Cristiane Leite de Souza. Assim, esse, pelo menos, está apenas trocando o sobrenome. Você faz uma dedução ali de que é para a sua irmã, entendeu? Que você é responsável por aquela pessoa. Você é o responsável da família ali. Como fica a saúde mental?

Como é o seu estado de saúde hoje?

Então, sou tratada há 20 e poucos anos de depressão. Grave, severa, com tentativas de suicídio. O fato de eu morar em um apartamento que tem grade foi a minha salvação, por isso eu posso estar falando com vocês aqui hoje, senão eu tinha me jogado. Por diversas vezes! Tomei cartelas e cartelas, centenas de cartelas [de medicamento] e fui parar no hospital. Chegava lá, tinha que fazer lavagem e ficar internada. Me trato em Del Castilho, no Centro de Referência. O Centro de Emergência, era a minha segunda casa, agora eu frequento o outro, que é o da Gamboa. Lá, agora, eu acho que também é um Centro de Referência. E aí, agora, passando por muitos outros psiquiatras, eles dizem que é transtorno bipolar.

Há uma fala sua na audiência pública sobre o caso, realizada na Câmara dos Deputados, que você começa citando uma frase da Lygia Fagundes Telles: “Não cortaremos os pulsos; ao contrário, costuraremos com linha dupla todas as feridas abertas”. Se, por favor, você puder comentá-la...

Eu acho que é realmente muito linda essa frase! E eu acho que assim: se o Estado está pensando em vencer a gente pelo cansaço, acho que a gente já deu provas em 30 e tantos anos que a gente não vai desistir, a gente não vai desistir! A gente, eu falo, são as Mães de Acari, que é a minha mãe, que não está aqui pessoalmente, mas está aqui em força, quando me faz vir aqui para falar. Eu sou de uma religião de matriz

africana, que é o Candomblé, e eu estou vindo de lá hoje. E só por isso eu estou aqui, sabe? Só por isso eu estou aqui. Eu passei o fim de semana lá para que eu pudesse estar aqui hoje. Eu queria dizer para vocês que foi muito importante eu estar aqui hoje porque eu consegui. Na sexta-feira passada [quando havia sido marcada a primeira entrevista], eu não fui ninguém. Aliás, a semana toda eu não fui ninguém. Eu queria confessar para vocês que eu fiquei quatro dias sem tomar banho, sem escovar os meus dentes! Eles querem acabar de toda forma com a gente, sabe? E quando eu falo da militância, também é muito difícil, porque eles cobram muito que a gente tem que estar nos lugares! Hoje, houve um ato simbólico, muito importante, que é do menino Maicon, de dois anos, de Acari, sabe? O caso desse menino foi considerado auto de resistência. O menino estava com um fuzil na mão. Será possível? Com dois anos de idade?

Então, acho que essa frase: *“Não cortaremos os pulsos, ao contrário, costuraremos com linha dupla todas as feridas abertas”*, é sobre o menino Maicon. A gente vai costurar, sabe? A gente vai costurar porque essa é a força que a gente tem, do pai do Maicon, de tantas outras mães, pais, familiares, que vêm fazendo com que essa ferida fique menor, que ela não sangre tanto. Porque ela vai continuar sangrando, a gente não vai conseguir dar pontos para que ela um dia permaneça fechada, de maneira alguma. A gente vai ver sempre aquela cicatriz e ela parece que vai estar sempre abrindo, aquele pontinho. Sabe quando o médico diz assim: “não, agora, tem que cicatrizar aberto mesmo, não tem mais como dar ponto”. Sabe? A sensação é essa! 32 anos! A sensação é essa! Agora não tem mais como dar ponto. Não tem. Tudo o que o Estado fizer agora, se fizer, colocar o memorial em Acari, reparar dando uma indenização de 100, 200, 300 mil, não traz a minha irmã de volta. Não traz a minha irmã que está nas drogas e eu não vou conseguir pagar nunca uma clínica para que ela melhore. Eu não vou conseguir reparar todos os danos que tive! A gente não consegue. A gente não consegue. Então, costurar, eu acho que essa frase me marcou demais nesse dia

também. (...) a gente segue costurando essas duplas feridas. E eu acho que essa palavra “costurar” é justamente isso, são essas as costuras. É você vindo com a linha aqui, é o outro Fábio ali com a pergunta. É o Nicodemos [Carlos Nicodemos, advogado que acompanha o caso]. Mas vai ter sempre esse pontinho ali, aquele abertinho ali, que não vai fechar! Estamos sempre com aquela cicatriz enorme e ficamos sempre lembrando daquilo, ficamos sempre lembrando.

[1] Para mais informações: <https://www.oas.org/pt/cidh/jsForm/?File=/pt/cidh/prensa/notas/2022/098.asp>. Acesso em 25 jul. 2022.

MÃES DE ACARI: UM LEGADO HISTÓRICO

Luciene Silva, integrante da Rede de Mães e Familiares de Vítimas de Violência da Baixada Fluminense (RJ) e do Radar Saúde Favela/Fiocruz



Marcha das Mães de Acari (Foto: Alaor Filho tirada da exposição Mães de Acari 30 anos)

No dia 26 de julho de 1990, uma tragédia modificou para sempre a vida de 10 mães, na comunidade de Acari, zona norte do Rio de Janeiro, trazendo sofrimento e muita dor. Jovens e adolescentes saíram para se divertir em um sítio, em Suruí, município de Magé, Baixada Fluminense, e dali foram retirados, levados por um grupo de extermínio e nunca mais encontrados.

Indignação, revolta. “Onde estão os nossos filhos? Queremos eles de volta”. Um silêncio pavoroso é o que as mães tiveram como resposta! Passaram-se 32 anos e o que se tem são investigações sem resultado, suposições que o grupo chamado Cavalos Corredores é o responsável, mas ninguém foi julgado, nem preso, nem condenado, e os corpos das vítimas jamais foram encontrados. A impunidade trouxe a indignação,

que foi a motivação para que esse grupo de mães, do luto, tenha se levantado para lutar. A partir daí, as Mães de Acari ficaram conhecidas no mundo inteiro por sua determinação, coragem e ousadia de ir em busca da justiça e da memória dos filhos que sumiram, mas que jamais foram esquecidos. Algumas delas, nessa busca, perderam a própria vida.

Essas mulheres foram a inspiração para que o movimento de mães e familiares vítimas de violência do estado do Rio de Janeiro conquistasse empoderamento, ganhando autonomia para incidir politicamente, ocupando cada espaço de fala para dar voz e visibilidade a todo esse processo de adoecimento que atinge a cada uma dessas pessoas, e as deficiências e violações de direitos que são realidades em seus territórios. Essa iniciativa alcançou outros estados e assim se consolidou como um movimento nacional. Por isso, nunca poderemos nos esquecer que se as Mães de Acari não se erguessem, esse movimento jamais nasceria, cresceria e ganharia força, e muitas mães e familiares hoje estariam sem rumo e não encontrariam o apoio que necessitam para seguir na luta por justiça, por direitos e memória.

Infelizmente, após a Chacina de Acari, várias outras aconteceram em todo o estado e no país (e continuam acontecendo), não importando como, onde e nem contra quem. Vidas foram ceifadas nesses 32 anos: Chacina do Carandiru (1992), Chacina da Candelária (1993), Vigário Geral (1993), Chacina do Eldorado dos Carajás/PA (1996), Chacina do Castelinho/SP (2002), Chacina do Borel/RJ (2003), Chacina da Via Show/RJ (2003), Chacina da Baixada/RJ (2005) e, mais recentemente, Chacina do Jacarezinho/RJ (2021) e Chacina em Mangueiras/RJ (2022). Essas são só algumas das que ganharam destaque na mídia, contudo, muitas outras aconteceram e ficaram ocultas, sem denúncia por vários motivos, principalmente, pelo medo, pelo silenciamento. Covardia? Não! Sobrevivência!

Por esse motivo, a luta que começou há 32 anos nunca pode deixar de ser lembrada, porque foi através dela que o coletivo de mães conquistou direitos, reconhecimento e autonomia em escala nacional.

Da mesma forma, após a tragédia que ficou conhecida como a “Chacina da Baixada”, em 31 de Março de 2005, quando um grupo de policiais militares passou atirando e matou 29 pessoas em uma única noite entre os municípios de Nova Iguaçu e Queimados, surgiu o movimento de mães e familiares de vítimas de violência da Baixada Fluminense, que anos mais tarde ganharia um novo nome: Rede de Mães e Familiares de Vítimas de Violência da Baixada Fluminense. Seu objetivo é continuar acolhendo, apoiando mães e familiares, ocupando os espaços para dar voz às várias formas de violências que são cometidas no território da Baixada, que tem as suas especificidades em relação à capital do estado.



Vera Flores, Marilene Lima e Patrícia Oliveira (Foto: Carlos Cruz Nobre tirada da exposição Mães de Acari 30 anos)

Essa população vive em um lugar dominado por múltiplas formas de poder armado: tráfico, milícias, grupos de extermínio, justiceiros (matadores) e violência policial, todos atuando com práticas truculentas, cruéis e abusivas. E as pessoas são obrigadas a conviver com isso.

O grupo de mães e familiares, infelizmente, cresceu ao longo desses 17 anos e as práticas das barbáries foram se modificando. Hoje, o modus operandi dos grupos criminosos que dominam a maior parte dos municípios da Baixada – as milícias – faz com que a cada dia cresçam os casos idênticos ao de Acari: desaparecimentos forçados, cada vez em maior quantidade, isso para que não se configure o homicídio, já que pela lei, dizem, não há corpo, não há prova de crime! Não há indícios, não há como se apontar o culpado. Na maioria dos casos, não há investigações, eles ficam sem respostas.

Com o passar do tempo, cada vez fica mais claro quem são os alvos dessas mortes e desaparecimentos: jovens pobres, favelados, periféricos e negros! O racismo é sim o que impulsiona a criminalização desse povo negro, dessa juventude, julgando-os sem defesa e condenando-os à morte! E pior que isso, condenando suas mães e familiares também a um sofrimento que perpassa suas vidas, trazendo consequências para a saúde mental e física, com sequelas terríveis que destroem vidas! É desumano não dar o direito a uma mãe de enterrar seu filho. Certa vez, escutei algo de uma mãe que me marcou para sempre: “Como vou acreditar que ele morreu se eu não senti seu corpo gelado? Se eu ainda sinto seu abraço quente? Só vou acreditar se eu ver ele sem vida, se eu tocar”. Como impedir as depressões, os suicídios, a perda da auto estima, as separações, a dependência química, as doenças psicossomáticas? Precisamos de cuidados!

Uma das conquistas que o movimento de mães e familiares conseguiu em Nova Iguaçu, através de incidência política, foi a aprovação da Lei municipal que instituiu a semana de 24 a 31 de março como a “Semana municipal de conscientização da luta de mães e familiares de vítimas de violência em Nova Iguaçu”, e o Decreto Lei: 12.091 de 7 de Outubro de 2020, que também instituiu o “Núcleo de atendimento a mães e familiares vítimas de violência” (NAMFIV) como atendimento psicossocial municipal, o primeiro em todo país. Expandir esse atendimento em todos os municípios da Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro e em

todo o país, é uma das prioridades do movimento de mães, pois é certo que o tratamento a essas famílias tem que ser específico para elas, com profissionais capacitados para saber diferenciar o quanto essa dor é inigualável e como não pode ser vista como outra qualquer e nem ser tratada da mesma forma. Perdemos várias companheiras e familiares nesses 32 anos. Quantos (as) mais iremos perder?

A perda de um filho assassinado se torna para uma mãe uma doença crônica, incurável. Precisa ser tratada para que seja controlada e não leve à morte!

Parem de nos matar! Nossos mortos têm voz!

ENSAIOS



Foto: Fernando Frazão/EBC

Nesse espaço, privilegiamos as escritas de todos aqueles e aquelas que, direta ou indiretamente, vivem as periferias. Artigos, crônicas, contos, em suma, diferentes gêneros literários, além de ensaios fotográficos, são alguns dos materiais aqui presentes.

VIOLÊNCIA DE ESTADO: DO MEU LUGAR DE ESCUTA E DE FALA

Deley de Acari, poeta, animador cultural, defensor de direitos humanos e ativista afrocomunista.



Operação policial na favela da Rocinha (RJ) (Foto: Fernando Frazão/EBC)

Em novembro de 1970, pouco mais de um mês após eu ter completado dezesseis anos, lá por volta de duas, três da tarde, eu jogava bola com um grupo de rapazes, mais ou menos da minha idade, alguns mais velhos, no campo do tricolor, no bairro Centenário, em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, quando apareceu um ônibus e duas viaturas de polícia. O campo foi cercado, todos nós fomos enquadrados, presos e colocados dentro do ônibus. Éramos cerca de 30 rapazes.

No meio do caminho, um dos policiais me reconheceu como o Bidu, neto da dona Guimar, do Esporte Clube Expressinho e perguntou com quem eu estava. Eu apontei um rapaz, que estudava comigo no colégio Aquino e fomos liberados. Três dias depois, oito ou dez corpos dos ra-

pazes que foram presos com a gente foram encontrados boiando no rio Sarapuí, outros permaneceram presos e mais uns cinco ou seis, apareceram com os corpos crivados de balas, no Jardim Metrópole, numa área deserta. Eu quase fui desaparecido, com dezesseis anos. Eu fui liberado, não fui assassinado, graças a ser neto da dona Guiomar.

Vinte anos depois, já com atividade política, não morando em Acari, mas morando na zona oeste da cidade, depois de ter ficado em Acari de 1974 a 1986, eu recebo a notícia do desaparecimento dos onze filhos das mães de Acari. Isso me relembrou do acontecido 20 anos antes. Em outubro de 1976, eu fui preso na praça do coreto de Marechal Hermes, por agentes secretos do Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) e fui levado para a Barão de Mesquita, por causa de uma peça de teatro que foi proibida porque ofendia as forças armadas. Eu fiquei dois dias lá, de 6 a 8 de outubro de 1976, passei meu aniversário lá dentro, fui torturado algumas vezes. Como minha mãe trabalhava como cozinheira de um dos generais do Comando Militar Sul-Sudeste, ela conseguiu que eu fosse liberado. Todos sabem que tanto no DOI-CODI, quanto em outros órgãos da repressão da ditadura, quem entrava lá raramente conseguia sair vivo. E se morto, jamais teria o corpo achado.

Por isso, para mim é importante estar na luta, convivendo com as Mães de Acari e com familiares de outros desaparecimentos forçados, tanto das ditaduras militares da América Latina e Caribe, como os desaparecimentos que hoje chamamos de desaparecidos da democracia. Essa é a importância para mim do legado das Mães de Acari, porque tem muito a ver comigo. Esse é o meu lugar de escuta e de fala.

O QUE TA PEGANDO

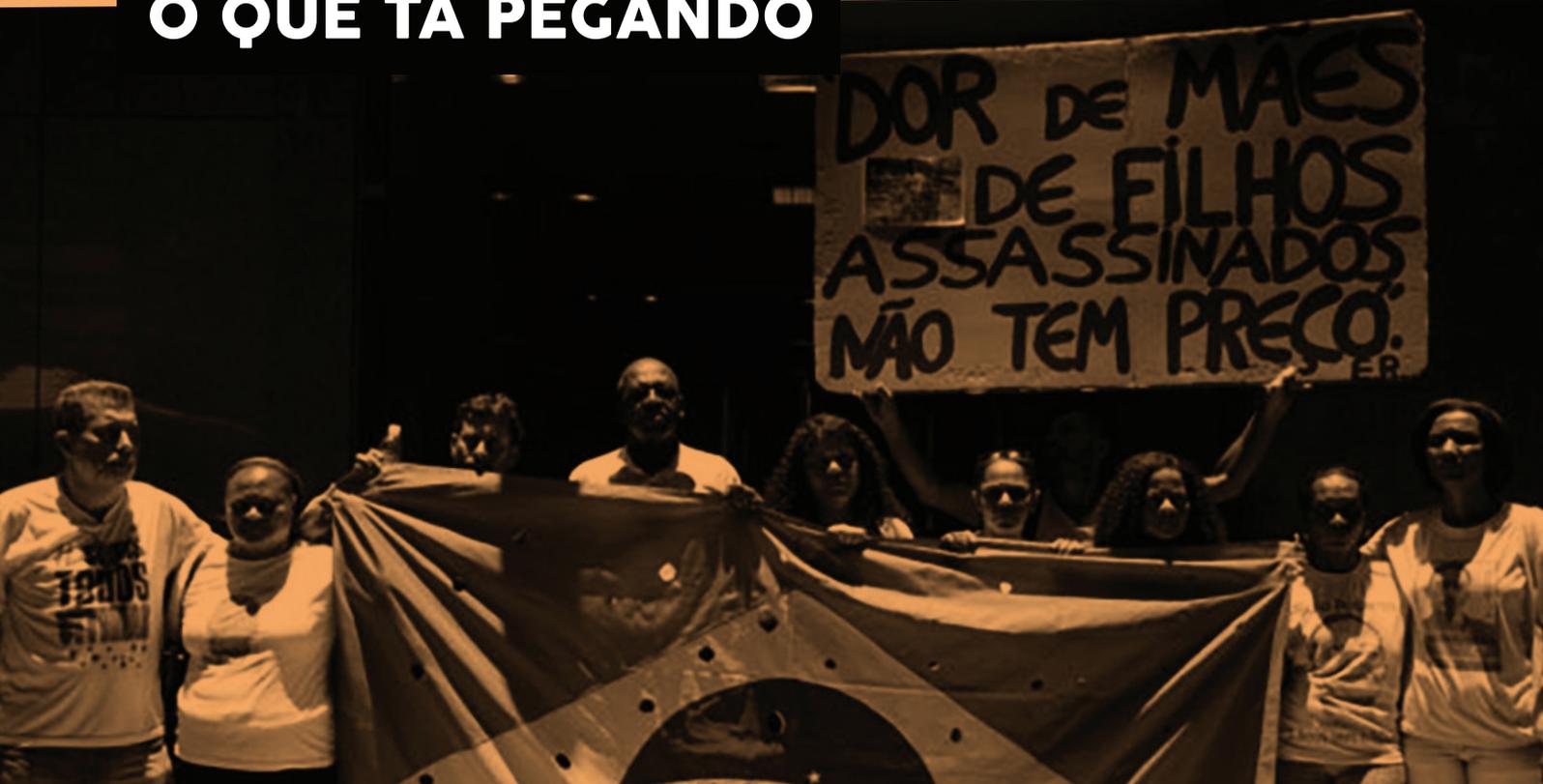


Foto: Tânia Rêgo/Agência Brasil

Através da compilação de notícias, de relatos de moradores, do acompanhamento e interlocução com os serviços de Estratégia de Saúde da Família e da rede de ensino público, além de textos de especialistas e pesquisadores, este espaço dá visibilidade aos acontecimentos do momento nas favelas e periferias.

CHACINAS E CRIAÇÃO DE MOVIMENTOS SOCIAIS DE MÃES NO RJ

Mariane Martins



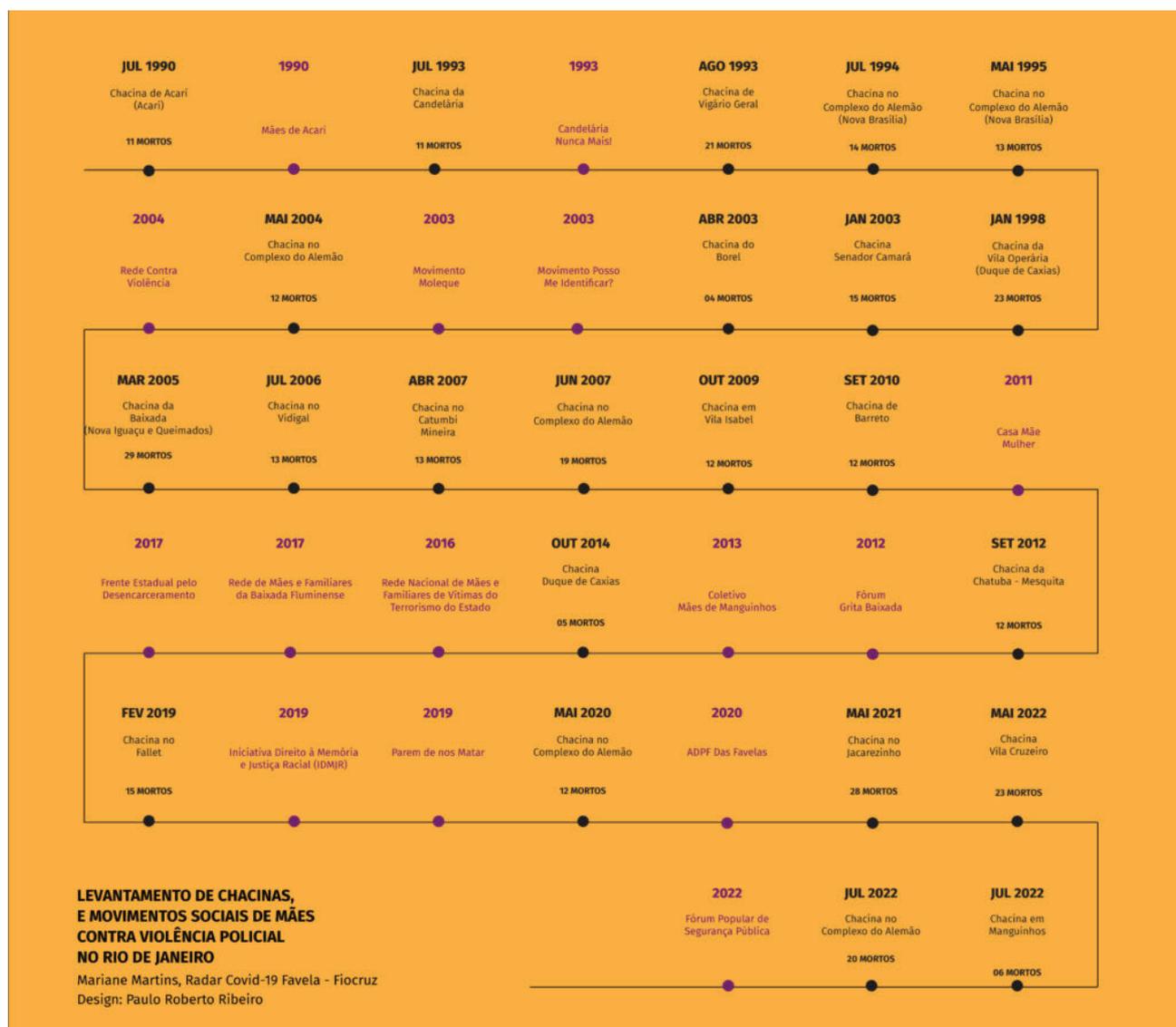
Parentes de jovens mortos pela policial em Costa Barros fazem manifestação no Rio de Janeiro (Tânia Rêgo/Agência Brasil)

O levantamento aqui realizado não tem a intenção de dar conta das centenas de chacinas que ocorreram no Rio de Janeiro ao longo das últimas décadas. Segundo o Grupo de Estudos Novos Ilegalismos (Geni), são consideradas chacinas policiais as operações que têm como resultado três ou mais mortes e que têm a participação direta dos poderes públicos.

Estão representadas nesta linha do tempo as maiores chacinas do Rio de Janeiro nos últimos 32 anos, relacionadas à quantidade de vítimas, e as chacinas que geraram dor, ausência, revolta e, como resposta, a criação de coletivos e movimentos sociais de mães, familiares e ativistas. Esses grupos se organizam pelo fim da abordagem violenta do

Estado praticada em territórios periféricos no Rio de Janeiro. A primeira chacina, a chacina de Acari em 1990, foi a primeira após a ditadura militar.

Ao realizar o cruzamento desses dados e informações nesta linha do tempo, temos o objetivo de elucidar a ausência de políticas públicas municipais e estaduais para atender mães e familiares que perderam seus entes pela ação do Estado e, ainda, a ausência de ações para o atendimento às populações de territórios que vivem sob confronto. Ademais, torna-se evidente que as políticas de segurança pública destinadas a essas populações e territórios são políticas de morte. A chacina da última quinta (21), no Complexo do Alemão, durou cerca de 10 horas. Você, que não mora em favela, já pensou em como seria ou como estaria após 10 horas de confronto na porta de sua casa?



Movimentos sociais e iniciativas populares pelo fim da abordagem violenta do estado a territórios periféricos no Rio de Janeiro

Mães de Acari – 1990 – Formada pelas mães das vítimas, a organização Mães de Acari foi pioneira na luta contra a violência da polícia no país, ainda que em 1993, Edméia da Silva Euzébio, líder do grupo, tenha sido assassinada. A Anistia Internacional relatou, em 1994, que os sequestradores haviam sido identificados pelo setor de inteligência da Polícia Militar como sendo policiais militares. Em 2010, o caso prescreveu e nenhum acusado foi responsabilizado pela Chacina. Em 2019, foi anunciado que sete acusados de matar Edméia Euzébio irão a júri popular – o que também ainda não aconteceu.

Fonte: [Dicionário de Favelas Marielle Franco](#)

Candelária Nunca Mais! – 1993 – é um Movimento de resistência, organizado desde a Chacina da Candelária (1993), quando 08 jovens foram covardemente executados no RJ.

Fonte: Página no Facebook [Candelária Nunca Mais!](#)

Movimento Posso Me Identificar? – 2003 – A mãe de Thiago da Costa Correia da Silva, 19, mecânico, Maria Dalva Correia, fundou o movimento Posso Me Identificar?, levando o caso a ser conhecido internacionalmente. Um ano depois, em 2004, ela fundou, com outras mães e familiares, a Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência.

Fonte: [Dicionário de Favelas Marielle Franco](#)

Movimento Moleque – 2003 – uma organização para mães de crianças que foram ameaçadas, atacadas ou mortas pela polícia. O Movimento Moleque é parte da Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência, uma organização que dá apoio a pessoas que são vítimas de violência estatal ou policial, e para seus familiares. A Rede nasceu a

partir de uma chacina ocorrida há 12 anos, no Morro do Borel.

Fonte: [Dicionário de Favelas Marielle Franco](#)

Rede Contra Violência – 2004 – A Rede de Comunidades e Movimentos contra Violência (mais conhecida como Rede contra Violência) é um movimento social que iniciou sua atuação na cidade do Rio de Janeiro no ano de 2004, a partir do protagonismo de familiares de vítimas fatais da violência do Estado nas favelas. Tendo se reunido inicialmente após a Chacina do Borel, em abril de 2003, a Rede contra Violência se organiza com o objetivo de denunciar a violência institucional, acolher e apoiar familiares de pessoas executadas pela polícia militar, pela polícia civil ou pelo exército, bem como familiares de pessoas privadas de liberdade ou vítimas de desaparecimento forçado.

Fonte: [Dicionário de Favelas Marielle Franco](#)

Casa Mãe Mulher – 2011 – presta acolhimento e suporte às mães de adolescentes em conflito com a lei, privados de liberdade, que cumprem medida socioeducativa no Centro de Atendimento Integrado da Baixada, antigo DEGASE.

Fonte: [Dicionário de Favelas Marielle Franco](#)

Fórum Grita Baixada – 2012 – é um movimento social, constituído por uma rede de organizações e pessoas da sociedade civil articuladas em prol de iniciativas voltadas aos direitos humanos, justiça e a uma política de segurança pública cidadã para a Baixada Fluminense. O Fórum Grita Baixada nasceu como um espaço de diálogo, formação e incentivo à organização, articulação e mobilização para a busca de soluções da sociedade civil para as problemáticas sociais e de direitos humanos na Baixada Fluminense, especialmente a questão da violência letal que dizima centenas de jovens todos os anos.

Fonte: [Fórum Grita Baixada](#)

Coletivo Mães de Manguinhos – 2013 – é um movimento formado por Mães da Favela de Manguinhos RJ, que tem filhos encarcerados ou que perderam seus filhos pelo braço armado do Estado. O coletivo realiza mobilizações por direito à memória, verdade, justiça, reparação e responsabilização dos agentes violadores.

Fonte: [Dicionário de Favelas Marielle Franco](#)

Rede Nacional de Mães e Familiares de Vítimas do Terrorismo do Estado – 2016 – As marcas e traumas deixados por esta violência de Estado resultaram na união de mães e familiares para lutar por direitos, justiça, reparação e memória em todo o Brasil. Para as mães que tiveram seus filhos assassinados brutalmente pelas polícias, maio representa o mês de luta e de busca por responsabilização do Estado pela política de terrorismo que vitimiza uma população específica: jovens, negros e pobres.

Fonte: [Rede Nacional de Mães e Familiares de Vítimas do Terrorismo do Estado](#)

Frente Estadual pelo Desencarceramento – 2017 – Movimento social que articula redes, associações, organizações e coletivos que lutam pelo desencarceramento, bem como familiares e sobreviventes do cárcere.

Fonte: [Agenda nacional pelo desencarceramento](#)

Rede de Mães e Familiares da Baixada Fluminense – 2017 – na luta pelo Direito à Memória.

Fonte: Página no [Facebook Rede de Mães e Familiares da Baixada Fluminense](#)

Parem de nos matar – 2019 – Coordenado por moradores de favelas do Rio, com apoio de diversos movimentos sociais, o ato pretendeu ser um manifesto contra o massacre que ocorre nas favelas e áreas periféricas do estado, com ação da polícia nesses territórios, em horários indiscri-

minados, com “ordem de abate”, ações policiais de helicópteros e “autos de resistência” forjados. A data do protesto tem um porquê: o dia 26 de maio é o primeiro domingo após completar 1 mês do assassinato do gari comunitário William dos Santos Mendonça, conhecido como Nera, no Vidigal. “Mesmo dizendo que era trabalhador e vestido com a roupa de gari atiraram pelas costas”.

Fonte: [Dicionário de Favelas Marielle Franco](#)

Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial (IDMJR) – 2019 – é uma organização que atua com ações de enfrentamento à violência de Estado. Buscamos debater Segurança Pública na Baixada Fluminense a partir da centralidade do racismo.

Fonte: [Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial \(IDMJR\)](#)

ADPF das favelas – 2020 – A Ação apelidada como “ADPF das Favelas”, a ADPF-635 (Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental) foi solicitada em novembro de 2019 pedindo que fossem reconhecidas e sanadas as graves violações ocasionadas pela política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro à população negra e pobre das periferias e favelas. Foi proposta pelo PSB (Partido Socialista Brasileiro) e construída coletivamente com a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, Educafro, Justiça Global, Redes da Maré, Conectas Direitos Humanos, MNU, Iser, IDMJR, Coletivo Papo Reto, Coletivo Fala Akari, Rede de Comunidades e Movimento contra a Violência, Mães de Mangueiros, todas entidades e movimentos sociais reconhecidas como *amicus curiae* (amigo da corte) no processo.

Desde junho de 2020, após decisão do ministro Edson Fachin, referendada em agosto pelo plenário do STF, as operações policiais no Rio foram suspensas durante a pandemia de covid-19, salvo em hipóteses absolutamente excepcionais, que devem ser devidamente justificadas por escrito pela autoridade competente, e comunicada imediatamente ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

Fonte: [Dicionário de Favelas Marielle Franco](#)

Fórum Popular de Segurança Pública – 2022 – Um espaço que reúne 34 organizações da sociedade civil, universidades e coletivos do Rio de Janeiro dispostos a fazer com que o conhecimento dos territórios negros de favelas e periferias sejam protagonistas na construção de um Estado que assegure a vida e os direitos da população que convive diariamente com a violência policial.

Fonte: [Brasil de Fato](#)

EXPEDIENTE

Elaboração

Cooperação Social da Fiocruz

André Lima

Fábio Araújo

José Leonídio Madureira

Mariane Martins

Ensp | Fiocruz

Roberta Gondim

EPSJV | Fiocruz

Carlos Eduardo Batistella

Colaboradores nesta Edição

Aline Leite

Carlos Nicodemos

Fábio Araújo

Fábio Mallart

Deley de Acari

Luciene Silva

Mariane Martins

Projeto Gráfico

Mariane Martins

Diagramação

Paulo Roberto de Oliveira Ribeiro

Equipe Radar Saúde Favela

Emerson Baré

Fábio Araújo

Fábio Mallart

Larissa França

Luciene Silva

Mariane Martins

Marina Ribeiro

Raimundo Carrapa

Paulo Ribeiro de Oliveira Ribeiro



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz